

José Filipe Silva*

As Orações de Sapiência na Universidade portuguesa do século XVI

I. Introdução

O presente estudo é dedicado aos discursos inaugurais do ano académico da Universidade portuguesa da primeira metade do século XVI, mais concretamente entre 1504 e 1552. No meu texto, e por razões materiais, limito-me a uma apresentação das Orações de Sapiência nos seus elementos mais gerais, bem como à análise de alguns conceitos relevantes do humanismo renascentista português no contexto universitário. Importa ainda referir que no meu texto não abordo apenas as Orações que constam do catálogo *A tipografia portuguesa do século XVI nas colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto*¹, mas também outros discursos que, não estando presentes no fundo desta Biblioteca, merecem, pela sua importância, a nossa atenção. De fora dos meus objectivos fica, inevitavelmente, uma apresentação mais detalhada quer do contexto específico do século XVI e da Universidade portuguesa, quer de cada uma das várias Orações de Sapiência

* Gabinete de Filosofia Medieval. Bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

¹ O presente texto, que se publica agora com pequenas alterações estilísticas, foi apresentado no colóquio “Livros impressos e leituras em Portugal no séc. XVI”, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 5 e 6 de Maio de 2006, em cujo âmbito foi publicado o mencionado Catálogo e a respectiva exposição.

e dos seus autores – temas sobre os quais existe uma bibliografia significativa e rigorosa², para a qual enviamos os leitores interessados.

II. Orações de Sapiência

A oração mais antiga que chegou até nós é a de Pedro de Menezes, proferida na cerimónia oficial de abertura do ano académico na Universidade de Lisboa em 1504³. Sabemos que esta não terá sido a primeira Oração a ser realizada pois, como o próprio Pedro de Menezes indica, «desde há muitíssimos anos nele se pronunciam riquíssimas orações». A ser verdade, tais orações não chegaram até nós. Certa é a influência de Cataldo Parisio Sículo sobre o jovem Menezes, uma vez que na colecção, bem ao estilo humanista, das *Epistolae et orationes* do mestre italiano⁴, encontramos uma oração que terá sido pronunciada em Bolonha, antes da sua chegada a Portugal⁵. À Oração de Menezes seguem-se depois as Orações de André de Resende, Lisboa: 1534⁶, Jerónimo Cardoso, Lisboa: 1536⁷, Arnaldo

-
- ² A. C. RAMALHO, *Estudos sobre a época do Renascimento*, Instituto de Alta Cultura, Coimbra 1969 e do mesmo autor, *Estudos sobre o século XVI*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1982, bem como o seu artigo «Cícero nas Orações Universitárias do Renascimento», *Revista da Faculdade de Letras: Língua e Literatura*, (1985) 29-46. Ver ainda M.H. ROCHA PEREIRA, «As Orações de Sapiência e a Universidade», in *O Humanismo Português (1500-1600)*, Publicações do II Centenário Academia das Ciências, Lisboa 1980; J. de CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI* (2 vols), Acta Universitatis Conimbricensis, Coimbra 1947-1948; M. BATAILLON, *Études sur le Portugal au temps de l'humanisme*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris 1974 e L. de MATOS, *Les Portugais en France au XVI siècle: Études et documents*, Universidade de Coimbra, Coimbra 1952. Devem ser mencionados ainda as edições e traduções destas orações, bem como algumas monografias dedicadas aos seus autores, como são aquelas assinaláveis do Centro de Estudos Clássicos da Universidade de Coimbra e das teses que lhe estão associadas.
- ³ Pedro de Menezes, *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa*, tradução de M.P. de MENESES, Instituto de Alta Cultura, Lisboa 1964.
- ⁴ *Epistolae et orationes quedam Cataldi Siculi*, publicado em 1500 em Lisboa, por Valentim Fernandes, em 21 de Fevereiro de 1500. O texto existe em edição fac-similada em Cataldo Parisio Sículo, *Epistolae et Orationes*, ed. A. COSTA RAMALHO, Acta Universitatis Conimbricensis, Coimbra 1988. Cf. A. COSTA RAMALHO, «Cícero nas Orações...», cit., p. 30.
- ⁵ *Oratio habita bononiae publice a Cataldo in omnium scientiarum et in ipsius Bononiae laudes* (ver nota anterior).
- ⁶ André de Resende, *Oratio pro Rostris (Oração de Sapiência)*, tradução de M.P. de MENESES, Instituto de Alta Cultura, Lisboa 1964.
- ⁷ Jerónimo Cardoso, *Oração de Sapiência proferida em louvor de todas as disciplinas*, tradução de M.P. de MENESES, Instituto de Alta Cultura, Lisboa 1965.

Fabrício, Coimbra: 1548 (na inauguração do Colégio das Artes)⁸, Belchior Bealego, Coimbra: 1548⁹, João Fernandes, Coimbra: 1548¹⁰, Pedro Fernandes, Coimbra: 1550¹¹, Hilário de Moreira, Coimbra: 1552¹², isto para mencionar aquelas objecto de análise detalhada.

Serão referidas ainda, mas apenas de passagem, as Orações de Inácio de Moraes (1550)¹³ e de André de Resende (1551)¹⁴ uma vez que consistem, em rigor, panegíricos do Rei e não propriamente Orações de Sapiência. Embora as Orações de Sapiência incluam frequentemente um discurso laudatório do monarca, o tema central é o louvor das disciplinas ou ciências que são estudadas no sistema de ensino preparatório e universitário.

Existe um consenso entre especialistas sobre a necessidade de se distinguirem dois períodos na oratória universitária quinhentista portuguesa, um anterior a 1550, outro posterior. A estabelecer a distinção entre os dois períodos estaria a entrega do Colégio das Artes aos Jesuítas em 1555, com um conseqüente ataque às posições mais progressistas e próximas do pensamento de Erasmo¹⁵. Contudo,

⁸ Arnaldo Fabrício apresentou a sua *De Liberalium Artium Studiis oratio in Gymnasio Regio* na abertura solene do Real Colégio das Artes a 21 de Fevereiro de 1548. Sobre esta Oração e a história da fundação do Colégio das Artes, ver L. de MATOS, «Introdução», in *Quatro Orações Latinas proferidas na Universidade e Colégio das Artes (Século XVI)*, Por ordem da Universidade de Coimbra, Coimbra 1937. Ainda sobre Arnaldo Fabrício, ver a Tese de Licenciatura de Maria José Freitas Sousa Pacheco (Faculdade de Letras, Coimbra 1959).

⁹ Belchior Bealego, *Oração sobre o estudo de todas as disciplinas*, Introdução, tradução e notas de M.H. DA ROCHA PEREIRA, Centro de Estudos Humanísticos, Porto 1959.

¹⁰ João Fernandes, *A Oração sobre a Fama da Universidade*, tradução de J.A. OSÓRIO, Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra 1967.

¹¹ Pedro Fernandes, *In doctrinarum scientiarumque omnium commendationem oratio*, in F. LEITÃO FERREIRA, *Notícias Chronologicas da Universidade de Coimbra* (Segunda parte, volume III), Primeira Edição publicada, revista e anotada por J. de CARVALHO, Universidade de Coimbra, Coimbra 1956, pp. 1012-1040. Esta Oração é apresentada e estudada na Tese de Licenciatura de Maria Manuela Pereira Pinto Alvedos (Faculdade de Letras, Coimbra 1965).

¹² A.A. MATOS, *A Oração de Sapiência de Hilário de Moreira*, Instituto Nacional de Investigação Científica e Centro de Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra 1962.

¹³ *Oratio panegyrica ad inuictissimum Lusitaniae Regem diuum Ioannem tertium*, ed. A. Pedrosa Campos, (Tese de Licenciatura) *Um luminar na Universidade de Coimbra no Século XVI: a obra desconhecida de Inácio de Moraes*, Faculdade de Letras, Coimbra 1960.

¹⁴ André de Resende, *Oratio habita Conimbricae In Gymnasio Regio anniversario dedicationis ejus die*, ed. L. de MATOS, *Quatro Orações Latinas...* Ver também G. de PAIVA DOMINGUES, *A oração de André de Resende pronunciada no Colégio das Artes em 1551*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra 1982.

¹⁵ M.H. da ROCHA PEREIRA, «As Orações de sapiência...», cit., pp. 60-61.

como as Orações de que aqui vamos tratar se situam *sobretudo* no período anterior a 1550, não vamos desenvolver esta questão, antes remetendo para a bibliografia existente¹⁶. Este consenso estende-se também à importância da transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra por D. João III em 1537, que parece não ter provocado nenhuma mudança assinalável na forma das Orações pronunciadas, pese embora a outros níveis tenha transformado a realidade do ensino superior nacional¹⁷.

A primeira coisa a dizer sobre as Orações de Sapiência é que são escritas e pronunciadas em latim. A escolha da língua latina, em detrimento das chamadas línguas vulgares, justifica-se pelo desejo humanista de recuperação de um modelo cultural (civilizacional, da *Romanitas*) clássico. Este modelo cultural clássico encontra, aos olhos dos humanistas, a sua expressão máxima em Cícero, cuja oratória constituirá o modelo a imitar pelas oradores universitários renascentistas¹⁸. Cícero aparece aos olhos dos humanistas como o autor do belo discurso, da eloquência ao serviço da ou mesmo identificável com a sabedoria (*sapientia est eloquentia*) e um magnífico exemplo da língua latina, em oposição à corrupção medieval do latim. Neste sentido encontramos em André de Resende uma crítica à decadência da elegância grega e latina e do desleixo no estudo da gramática: «Quando lemos os seus [dos alunos portugueses] escritos, em boa vontade nos devíamos envergonhar da nossa barbárie e do nosso desleixo». A razão que o autor aponta para esta situação de atraso é a geral resistência à mudança por parte de uma geração mais antiga em relação a uma nova geração, mais dinâmica.

Em segundo lugar, que as Orações de Sapiência tinham lugar na abertura do ano académico ou então por ocasião da visita de um personagem mais nobre à Universidade. O Orador escolhido podia ser tanto uma figura de relevância no meio académico ou no meio intelectual (visto que os oradores podiam ser externos à Universidade, como é o caso em várias orações), ou mestres recém-chegados (como Beleago, António Pinto, Pedro Fernandes). Devemos assinalar

¹⁶ Ver M. BRANDÃO, *A Inquisição e os Professores do Colégio das Artes*, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Coimbra 1948 e J.S. da SILVA DIAS, *A política cultural da época de D. João III*, Universidade de Coimbra, Coimbra 1969, para citar apenas dois exemplos.

¹⁷ Como nos diz A. J. SARAIVA, *História da Cultura em Portugal. Vol. 1: Renascimento e Contra-Reforma*, Gradiva, Lisboa 2000, p. 190: «a reforma joanina fez nascer uma universidade nova». Sobre as razões desta transferência, ver J. de CARVALHO, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI* (2 vols), Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra 1947-1948.

¹⁸ Ver por exemplo Pedro Fernandes, *In doctrinarum omnium commendationem oratio*, cit., p. 1017 e Arnaldo Fabrício, *Orationem de liberalium artium studiis*, cit., pp. 3-4, 15-16.

ainda que nem a existência destas orações nem o seu estilo são exclusivos da Universidade portuguesa, podendo encontrar-se exemplos destas orações académicas introdutórias um pouco por toda a Europa¹⁹.

Em terceiro lugar, devemos salientar que a intenção do orador é de valorizar ou enaltecer uma determinada personagem, uma cidade, o conhecimento em geral ou a sabedoria. (ou todos estes). Deste modo, a oração de sapiência identifica-se com o panegírico, isto é, uma «composição literária, em prosa ou em verso, em que se exaltam as acções e virtudes de um grupo de homens, de um povo, ou ainda as excelências de um lugar e a grandeza de um ideal e, como a própria etimologia indica, destinava-se, inicialmente, a ser proferido perante uma assembleia pública, mas apenas em ocasiões solenes»²⁰. Insere-se por isso no género cerimonial ou epidítico,²¹ tal como definido por Aristóteles na *Retórica* (I.3, 1358b 5-10). Para situarmos os leitores, Aristóteles defendia a existência de três tipos de discurso, de acordo com o auditório: o político ou deliberativo, o forense ou judiciário e o demonstrativo ou epidítico²². O objectivo deste último consiste em demonstrar

¹⁹ Philip Melanchthon, *Orations on Philosophy and Education*, ed. S. KUSUKAWA (Cambridge Texts in the History of Philosophy), Cambridge University Press, Cambridge 1999. Ver igualmente C. TRINKAUS, «A Humanist's Image of Humanism: The Inaugural Orations of Bartolomeo della Fonte», in C. TRINKAUS, *The Scope of Renaissance Humanism*, Ann Arbor, Michigan, 1983, pp. 52-87 e D. J. GEANAKOPOLOS, «The Discourse of Demetrius Chalcondyles on the Inauguration of Greek Studies at the University of Padua in 1463», *Studies in the Renaissance*, 21 (1974) 118-144.

²⁰ L. de SOUSA REBELO, *A tradição clássica na literatura portuguesa*, Horizonte Universitário, Lisboa 1982, p. 133. Sobre o tema dos Panegíricos ver R.A.B. MYNORS (ed.), *XII Panegyrici latini*, (Scriptorum classicorum bibliotheca Oxoniensis), Clarendon Press, Oxford 1973 (Tradução inglesa por C.E.V. NIXON & B.S. RODGERS, *In Praise of Later Roman Emperors. The Panegyrici Latini*, University of California Press, Berkeley 1994; e tradução francesa por E. Galletier, *Panegyriques latins*, Belles Lettres, Paris 1949-1955). Ver também S. MACCORMACK, «Latin Prose Panegyrics: Tradition and Discontinuity in the Later Roman Empire», *Revue des Études Augustiniennes*, 22 (1976) 29-77.

²¹ T. BURGESS, «Epidectic Literature», *University of Chicago Studies in Classical Philology*, 3 (1902) 86-261; também W. BEALE, «Rhetorical Performative Discourse: A New Theory of Epidectic», *Philosophy and Rhetoric*, 11 (1978) 221-246; e C. ORAVEC, «'Observation' in Aristotle's Theory of Epidectic», *Philosophy and Rhetoric*, 9 (1976) 162-174.

²² Aristóteles, *Retórica*, introdução de M. A. JÚNIOR, tradução do grego e notas de M. A. JÚNIOR, P. F. ALBERTO e A. N. PENA, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 1998. Para uma primeira leitura e bibliografia, ver C. RAPP, «Aristotle's Rhetoric», *The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2002 Edition)*, E.N. ZALTA (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2002/entries/aristotle-rhetoric/>>. Outras orações de cerimónia latinas podem ser referidas, tais como as Orações Nupciais ou as Orações Fúnebres. (Ver, para as primeiras, J.M. McMANAMON, *Funeral Oratory and the Cultural Ideals of Italian Humanism*, University of North Carolina Press, Chapel

em que medida o objecto do discurso é digno de louvor ou censura. Para cumprir esta função o texto deve centrar-se no presente (recorrendo ao passado a título de exemplo e ao futuro a título de expectativa), porque é em relação ao presente estado das coisas que alguém deve ser louvado ou censurado²³.

É neste contexto que as Orações de Sapiência universitárias se justificam, constituindo-se como acto público de agradecimento da comunidade académica ao patrono geral das ciências²⁴. Nelas faz-se a apologia simultaneamente do mecenato (generosidade do Rei), de um ideal de cultura (o homem educado, conhecedor e amante das letras) e de um modelo religioso (defesa do império Cristão)²⁵. Esta visão do mundo é expresso na escolha do modelo da cultura clássica, mais romana do que grega, porque latina e imperial, bem como na definição da Filosofia como guia da felicidade.

Mas o seu objectivo não termina aqui, uma vez que os seus efeitos são continuados. Constituindo um elogio de comportamento, as orações como panegírico têm um efeito moralizador e de exortação quer da continuação do financiamento real, quer da dignidade da carreira académica. A concepção do conhecimento como meio de promoção social é legitimada pelos investimentos oficiais, que deste modo se agradecem ao mesmo tempo que se publicitam. Os investimentos régios são honrados pelo trabalho da instituição universitária, pela qualidade dos seus professores. Por sua vez estes investimentos dizem muito das qualidades intelectuais e políticas do próprio monarca. O argumento implica que um monarca promotor do desenvolvimento cultural do país é ele próprio um agente de cultura e um intelectual. Contudo, esta consequência não é explicitamente enunciada relativamente a D. João III (ou sendo, pode ser apenas um *topos* retórico)²⁶, o que levanta questões relativamente aos dotes intelectuais do Rei²⁷. O elogio ao monarca (ou ao príncipe), tema recorrente em obras do período renascentista e moderno, não expressa apenas um reconhecimento

Hill 1989; e para as segundas, A.F. D'ELIA, «Marriage, Sexual Pleasure, and Learned Brides in the Wedding Orations of Fifteenth-Century Italy», *Renaissance Quarterly*, 55 (2002) 379-433.

²³ Cf. Cícero, *De Oratore Libri Tres*, ed. G. FRIEDRICH, Teubner, Leipzig 1892, II.341-349.

²⁴ Do louvor colectivo na Grécia, ao louvor individual em Roma, e a partir de Plínio ao louvor do imperador, as orações de sapiência assumem o papel de elogio do monarca e dos doutores da Universidade, cuja sabedoria permite narrar os feitos e as virtudes do monarca (cf. Fernandes).

²⁵ Ver por exemplo Arnaldo Fabrício, *De Liberalium Artium Studiis oratio...*, cit., pp. 20-21.

²⁶ Ver Pedro Fernandes, *In doctrinarum scientiarumque omnium commendationem oratio*, cit., p. 1039.

²⁷ «Repare-se todavia que falando todas as *Orações* da protecção de D. João III às letras, nenhuma toca na cultura que o próprio rei possuísse», L. de MATOS, *Quatro Orações Latinas...*, cit., p. xix.

das virtudes políticas e pessoais do soberano, mas de um ideal de homem e de sociedade que encontra nesta figura histórica concreta a sua realização. Por outro lado, o reconhecimento dessa realização depende de um discurso capaz de tornar claro a todos, presentes e futuros, a excelência das qualidades do objecto desse discurso. Nas palavras de João Fernandes: «Tendes aqui oradores que adornem os vossos preclaros feitos com a majestade do discurso e os ampliem; poetas que os consagrem para a imortalidade com o canto divino; historiadores que em textos imorredouros transmitam às gerações futuras»²⁸. As disciplinas humanistas da retórica e da gramática estão ao serviço da eficácia do discurso, cujo objectivo é essencialmente (da filosofia) moral: ensinar através do exemplo histórico; e deste modo, reproduzir um ideal de comportamento.

A superioridade e a utilidade dos estudos humanísticos, em particular da retórica e da gramática, têm aqui a sua justificação máxima pois, como nos diz Fernandes, quais são as obras dos reis e imperadores que mais permanecem no tempo, que mais resistem ao esquecimento ou que mais profundamente marcam as gerações vindouras? São os monumentos, as estátuas de pedra? Ou são as obras do espírito, que se mantêm eternas como o espírito dos homens? A pergunta tem apenas uma resposta possível para João Fernandes: «Roma tem para mim um valor muito maior e mais solene no verbo áureo de Cícero (...) do que aquela que hoje é visitada» (135). A superioridade das obras do espírito é evidente. A marca do verdadeiro monarca não é o império como realidade material, mas a sua celebração pelo espírito. Apenas o espírito, e não a pedra, é imortal.

Como assinalámos anteriormente, a Oração de sapiência cumpre uma função de propaganda de um ideal de homem, veiculando princípios morais e políticos. O rei é «religiosíssimo, prudentíssimo, justíssimo, beneficente, moderadíssimo» aos olhos de Resende²⁹. O elogio aos descobrimentos, à noção de império e ao culto do monarca colocam a questão destes discursos como formas de legitimação apologética da ideologia dominante. Meneses afirma, por exemplo, que os feitos dos portugueses são tão grandiosos que nem dez Homeros bastariam para os narrar com justiça. Aos olhos de Hilário de Moreira, na sua *Oratio de omnium Philosophiae partium laudibus et studiis*, D. João III aparece como o grande impulsionador do estudo em Portugal, como promotor e financiador das instituições culturais («destruiu a ignorância», «abriu as portas a toda a cultura», «fez sair

²⁸ João Fernandes, *A Oração sobre a Fama da Universidade*, cit., p. 149.

²⁹ André de Resende, *Oratio habita Conimbricae...*, cit., p. 66.

das profundezas ... o estudo da filosofia», «cuidou de instruir a inculta Lusitânia em todas as disciplinas das artes liberais», 87). Para Fernandes, a clarividência e dinâmica cultural de D. João é comparada à de Carlos Magno (143) porque chamou do exterior os melhores mestres reconhecidos internacionalmente e cujas origens são as mais diversas. O que é confirmado por Beleago, que o nosso rei conhecido por todo o mundo, pela «rapidez» da sua acção, pela «grandeza» dos seus esforços e que para além da manutenção do império e de novas conquistas, «não descansou até trazer as letras ... para o seu reino» (68) e por ter mandado «jovens escolhidos do seu reino, sem se poupar a despesas, para a Universidade de Paris ... e depois chamou-os de novo a esta sua Universidade» e para além disso «mandou vir de várias nações homens doutíssimos, atraídos pelas maiores recompensas, para instruírem a juventude lusitana nas boas artes» (70). Meneses chega mesmo a desejar ter nascido no estrangeiro para poder louvar, sem ser apelidado de suspeito, a pátria e a dirigi-la o seu monarca («se assim fosse, estaria isento do amor da pátria, para escrever sobre ela sem a paixão e a ambição que o seu amor em mim suscita», 111).

Para obter uma tal eficácia, o discurso deve obedecer a determinadas regras de construção. João Fernandes enuncia, na sua oração *De Celebritate Academiae Conimbricensis*, os dois elementos fundamentais de toda a oração, a saber a eloquência (compreendendo as figuras do discurso e as estratégicas retóricas) e a ordem clara dos assuntos a serem tratados. Assim, e embora correndo o risco de excessiva simplificação, podemos considerar como comum a seguinte ordem no esquema das diversas orações de sapiência:

1. O orador começa por se desculpar pelo atrevimento de pronunciar a presente oração, insistindo na sua incompetência e ignorância em comparação com a excelência do auditório. No limite dessa humildade temos Resende que afirma ser «manifestação de sabedoria empregar (...) um artista mais competente que os outros, quando se quer edificar uma obra incomparável»;
2. A oração continua com o elogio das diversas disciplinas/ciências leccionadas na Universidade, bem como dos seus respectivos Mestres;
3. Elogio do Rei (no caso das que trataremos aqui D. Manuel I e D. João III);
4. Elogio à cidade onde a Universidade se situa, isto é, Lisboa no caso

das orações de Pedro de Meneses, André de Resende e Jerónimo Cardoso, e de Coimbra nas restantes;

5. Alguns oradores salientam a necessidade de defender uma certa disciplina em particular (a gramática), ou então uma reforma do estudo das disciplinas liberais (como é o caso de André de Resende na sua Oração em Lisboa);
6. Finalmente, o último elemento das orações consiste numa exortação dos jovens estudantes para que se dediquem na sua vida académica, uma vez que graças à acção do monarca, estão criadas as condições ideais para esse estudo³⁰.

Embora não sendo seguido de uma forma restritiva, os diferentes elementos deste modelo de oração encontram-se, com maior ou menor desenvolvimento, em todos os textos analisados. A justificação encontra-se nos modelos inspiradores que eram certamente os mesmos, como um estudo mais detalhado das autoridades o prova, para além de que os oradores teriam acesso, na maior parte dos casos, às orações anteriormente pronunciadas. Pese embora a omnipresença do modelo oratório de Cícero anteriormente indicado, é importante referir que não existe nos tratados de retórica clássicos um modelo definido para este tipo particular de discurso. Existem certamente regras gerais para a construção do discurso panegírico e de cerimónia, mas no caso das Orações fúnebres, ou nupciais, ou de sapiência renascentistas, a sua estrutura formal resulta da prática, e da observação e leitura de discursos do mesmo género³¹.

Assim sendo parece que numa oração a forma tem mais importância do que o conteúdo, ou seja, se valoriza mais o modo como se diz do que aquilo que se diz. Esta é uma crítica que comumente se faz ao discurso de certos humanistas, consequência do excesso de utilização de determinadas formas oratórias, maioritariamente de origem Ciceroniana, «pai da eloquência», nas palavras de Cardoso³². Mas esta radicalização da imitação (e não reprodução)³³

³⁰ Este plano é adoptado, com algumas variações, do proposto por M.H. da ROCHA PEREIRA, «As Orações de Sapiência...», cit., pp. 57-58.

³¹ Ver J.M. McMANAMON, *Funeral Oratory and the Cultural Ideals of Italian Humanism*, op. cit.

³² A importação e aplicação deste modelo faz-se mesmo pelo uso de uma cadência fundada no esquema das clausulas métricas, bem como nas «frases ritmadas nos momentos de realce e nos finais de cada período» (M.H. da ROCHA PEREIRA, «As Orações de Sapiência...», cit., p. 58).

³³ Cf. C. ENDRES & B.K. GOLD, «Joannes Secundus and His Roman Models: Shapes of Imitation in Renaissance Poetry», *Renaissance Quarterly*, 35.4 (1982) 577-589, especialmente pp. 578-580.

como instrumento pedagógico mereceu a crítica de outros humanistas³⁴, que a contrastam com a verdade da mensagem de Cristo que convence porque é verdadeira. Ou seja, no quadro do pensamento cristão, a eficácia do discurso reside na verdade do que é dito e não no modo como é dito em oposição com a excessiva valorização dos ornamentos retóricos e linguísticos, sobretudo por imitação de um autor não Cristão como Cícero³⁵. André de Resende, consciente da discussão que anima a Europa, explicitamente se refere ao assunto e nos mesmos moldes que Erasmo, repetindo que *Christianus suum, non Ciceronianus*. A esta afirmação, que na realidade tem origem em S. Jerónimo, Resende acrescenta em tom conciliatório que entre os dois elementos não existe contradição, « [c]omo se o ornato do estilo contendesse com a religião» (42).

Na verdade, argumenta-se, estes dois aspectos – a forma ou expressão e a matéria do discurso – não são incompatíveis³⁶, uma vez que os dispositivos retóricos têm como objectivo e função otimizar o discurso e deste modo torná-lo mais eficaz para a defesa das ideias desse mesmo discurso³⁷. Ou seja, dizer a verdade eloquentemente: para ser eficaz, o discurso não pode ser vazio de conteúdo³⁸. A crítica que é feita pelos humanistas à escolástica reside sobretudo na excessiva formalidade discussões dialécticas sem outro fim para além de si mesmas³⁹. A medida desse afastamento e dessa proximidade, não só na questão

³⁴ Erasmo de Roterdão escreve o seu *Dialogus cui titulus Ciceronianus sive De optimo dicendi genere* (ou mais conhecido como simplesmente *Ciceronianus*), no qual ironiza com as competências próprias destes mestres da imitação, cf. I.D. ROWLAND, *The Culture of the High Renaissance*, Cambridge University Press, Cambridge 1998, pp. 193-244 e 248-9. D. WEST & T. WOODMAN (eds.), *Creative Imitation and Latin Literature*, Cambridge University Press, Cambridge 1980; G.W. PIGMAN III, «Versions of Imitation in the Renaissance», *Renaissance Quarterly*, 33.1 (1980) 1-32 (úteis referências bibliográficas).

³⁵ Cf. C. TRINKAUS, *In Our Image and Likeness: Humanity and Divinity in Italian Humanism Thought*, 2 vol., University of Chicago Press, Chicago 1970, em particular volume I, capítulo 1 «Petraich: Man Between Despair and Grace».

³⁶ Ver Cícero, *De Oratore...*, cit., III.17-24.

³⁷ A. MOSS, «Rhetoric and the evolution of ideas and styles in the Renaissance», *Renaissance Studies*, 3.2 (1989) 99-105. Ver também, da mesma autora, *Printed Commonplace-Books and the Structuring of Renaissance Thought*, Clarendon Press, Oxford 1996.

³⁸ Cf. P.A. DUHAMEL, «The Function of Rhetoric as Effective Expression», *Journal of the History of Ideas*, 10.3 (1949) 344-356, especialmente 352-353).

³⁹ Ver T. HEATH, «Logical Grammar, Grammatical Logic, and Humanism in Three German Universities», *Studies in the Renaissance*, 18 (1971) 9-64 (9). Uma boa bibliografia introdutória encontra-se em C. TRINKAUS, «Italian Humanism and Scholastic Theology», in A. RABIL JR. (ed.), *Renaissance Humanism. Foundations, Forms, and Legacy*, University of Pennsylvania Press, Philadelphia 1988, volume 3, pp. 344-345.

do estilo, mas também dos temas tratados, é contudo objecto de permanente debate entre especialistas⁴⁰. Nos textos em análise, esta tensão entre estilo e substância é utilizada para promover uma certa concepção das artes da linguagem e do discurso, como se verá de seguida.

Na sua forma silogística, a dialéctica é instrumento de todas as ciências mas desse ideal degeneraram os actuais dialécticos, como diz Jerónimo Cardoso na sua *Oratio Pro Rostris (de laudibus omnium disciplinarum)*. Estes novos dialécticos não estão preparados nas artes da linguagem (retórica e poética) tal como os antigos, antes utilizando o pouco que sabem de gramática para parecerem sábios. Na realidade dizem «de três em três palavras quinhentos carros carregados de mentiras» (109). Resende é também radical na sua crítica aos falsos dialécticos, a quem chama de «estúpidos» (41), «importunos, molestos e barulhentos» (41), «ineptos sofistas» (43).

Os verdadeiros dialécticos, pelo contrário, interessam-se pela «pura verdade» e o seu papel é assimilável aos retóricos⁴¹. Estes acrescentam à elegância discursiva o interesse e a busca da verdade («o brilho e o ornato das palavras» não é impedimento da verdade). A retórica depende da dialéctica para o conteúdo, a dialéctica da retórica para obter o seu efeito, isto é, persuadir ou convencer⁴². A beleza do discurso justifica-se assim pela sua força demonstrativa, ou seja, pela sua eficácia, em função do interesse da verdade⁴³. «Quanto mais nos deleitará a verdade ornada»⁴⁴, como escreve Resende, ou então como faz notar Fernandes, «oxalá todo o nosso discurso não prejudicasse o brilho da matéria, as luzes de majestade, antes resplandecesse com o fulgor da clareza e dos ornamentos».

Em segundo lugar, este carácter altamente formal e formalizado das Orações de Sapiência tornam evidente que o seu objectivo não é apresentar novas

⁴⁰ Para uma perspectiva geral dos dois campos, ver por exemplo a Introdução de C. TRINKAUS, *The Scope of Renaissance Humanism*. Ver também L.C. GREEN, «The Bible in Sixteenth-Century Humanist Education», *Studies in the Renaissance*, 19 (1972) 112-134.

⁴¹ Cf. R. McKEON, «Rhetoric in the Middle Ages», *Speculum* 17.1 (1942) 1-32. Ver B. F. PEREIRA, «A edição conimbricense da *Rhetorica* de Joachim Ringelberg», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 1 (2004) 201-213, em especial pp. 208-210.

⁴² Ver A.R. PERREIAH, «Humanistic Critiques of Scholasticism Dialectic», *Sixteenth Century Journal*, 13.3 (1982) 3-22.

⁴³ J.V. de PINA MARTINS, *Humanismo e Erasmismo na cultura portuguesa do século XVI*, Fundação Calouste Gulbenkian, Paris 1973, pp. 105-106.

⁴⁴ André de Resende, *Oratio pro Rostris*, cit., p. 53. Ou «oxalá todo o nosso discurso não prejudicasse o brilho da matéria, as luzes de majestade, antes resplandecesse com o fulgor da clareza e dos ornamentos», João Fernandes, *A Oração sobre a Fama da Universidade*, cit., p. 137.

conclusões e descobertas relativamente a uma determinada área do saber nem desenvolver um discurso ‘científico’ sobre as diversas áreas disciplinares. Os Estatutos Manuelinos de 1503 procuram imprimir ao Ensino universitário uma nova direcção, reconhecendo a necessidade de novos programas mais adequados à nova realidade que as Descobertas ocasionaram. Um exemplo desta intenção é a introdução, em 1513, da cadeira de Astronomia no currículo da Faculdade de Medicina. Mas já nesse tempo se verifica o contraste entre o poder político e os interesses institucionais: como nos diz Dias, «a sabedoria da política estadual em matéria de ensino foi, de facto, prejudicada pelo anacronismo dos costumes e da orgânica universitária»⁴⁵. Sendo certo que A. Fabrício se refere à utilidade da geometria como auxílio à navegação⁴⁶, ou da matemática no comércio, nada mais é discutido relativamente aos progressos específicos dessas disciplinas, ou de que modo o currículo universitário deveria aprofundar essas (ou outras) ciências. Por outras palavras, é a própria estrutura da Universidade, o seu imobilismo, que, fundando-se numa determinada concepção de ciência que vê como negativo uma dimensão mais prática do saber, constitui uma resistência à mudança. Este divórcio – tão caro para o País – entre a realidade prática e a vida universitária está bem presente nas Orações, no seu privilégio das disciplinas do discurso e de um discurso sobre as disciplinas que se centra na análise etimológica e na apresentação das suas circunstâncias históricas.

Podemos ainda acrescentar duas outras provas deste estado de coisas. Na sua oração, João Fernandes pronuncia um profundo elogio ao grande matemático português Pedro Nunes («um diamante», 147), a que não corresponde, contudo, uma discussão sobre o estado da disciplina matemática. Igualmente significativa é a recusa por parte de André de Resende em aceitar a integração das artes mecânicas no conjunto das ciências (35), que considera próprias de homens de baixa condição e categoria, o que constitui um retrocesso em relação aos esquemas classificativos medievais do século XII⁴⁷.

Pode objectar-se que as orações de sapiência não são o local próprio para um debate sobre a reformulação do sistema e dos programas de ensino. Contudo, isto é apenas parcialmente verdade pois, o mesmo André de Resende, não hesita em referir a urgência de se proceder a uma alteração dos estudos humanísticos,

⁴⁵ J.S. DA SILVA DIAS, *A política cultural...*, cit., p. 441.

⁴⁶ Ver L. DE MATOS, *Quatro Orações Latinas...*, cit., p. xviii.

⁴⁷ Ver o meu «Teologia e teoria das ciências em Hugo de S. Victor», *Mediaevalia. Textos e estudos*, 21 (2002) 21-36.

bem como de manifestar o seu descontentamento face ao estado que considera de atraso na cultura do país em relação ao resto da Europa. Isto significa, creio, que uma tal atitude de reflexão sobre a estrutura do sistema de ensino é possível mesmo num tipo de discurso como este e que, por isso, a ausência de tal reflexão é por si só significativo. Mais, o próprio Resende critica claramente os velhos mestres pela sua incapacidade de aceitarem as mudanças, ao contrário dos jovens «que possuem engenho mais adaptável e maior capacidade de trabalho» (41) – o que vai de encontro às palavras acima citadas de José Dias.

Deve concluir-se assim que nas orações o conhecimento não é entendido nas suas dimensões particulares, mas como nos diz Belchior Beleago, as diferentes ciências ou disciplinas são aspectos diversos do mesmo processo de descoberta da «força, natureza e género de cada coisa com todo o rigor» (20). A esse processo de descoberta ou «ciência das coisas humanas e divinas e das causas em que essas coisas estão contidas», chama-se sabedoria (22). As diversas disciplinas não são apresentadas pelos seus desenvolvimentos específicos, nem pela sua contribuição para a resolução de determinados problemas, mas na medida em que fazem parte de uma procura *especificamente* humana pelo saber e pela felicidade.

Nas Orações, à breve definição de cada ciência segue-se normalmente uma apresentação (breve) da sua história, nomeadamente com a indicação dos autores mais importantes nesse campo disciplinar. Nalguns casos, indica-se a etimologia do termo e alguma curiosidade que se considere relevante. Mas quais são as disciplinas que constitui o saber humano? Na maioria dos autores encontram-se a Teologia, a Filosofia, a Medicina, as Leis (direito), a Gramática, as Matemáticas (Aritmética, Música, Geometria e Astronomia, no esquema de Beleago que corresponde grosso modo ao *quadrivium* medieval). A estas deve acrescentar-se ainda a Retórica ou Eloquência, a Dialéctica ou Lógica e a Filosofia moral ou Ética. O conjunto destas disciplinas constitui, como seria de esperar num discurso laudatório das disciplinas ensinadas na Academia, a estrutura do sistema de ensino. As diferenças entre os autores encontram-se por isso ao nível da terminologia utilizada para designar as várias áreas disciplinares, e não ao nível estrutural, de uma reflexão epistemológica. Assim, por exemplo, Resende divide a Filosofia em natural e moral, que por sua vez se divide em moral privada e pública, da qual o Direito (civil e canónico) faz parte. Já em Beleago e Meneses, o Direito é uma parte distinta da Filosofia Moral. Por outro lado ainda para Hilário Moreira, tanto a Filosofia Moral ou Ética quanto o Direito civil e canónico fazem parte daquilo que ele designa por Filosofia activa (em oposição à Filosofia contemplativa, isto é, a Matemática e a Filosofia natural).

Independentemente das disciplinas que compõem o quadro geral do saber humano, importa ter presente que a procura pelo conhecimento nasce da própria natureza humana, ou como assinala Arnaldo Fabrício, o estudo das disciplinas liberais é justificado pelo facto de sermos criaturas que possuem razão e por isso compete-nos exercê-la no conhecimento das coisas⁴⁸. Nas palavras de Beleago, «Deus disseminou em nós as sementes das virtudes e, se as recebermos capazmente nos nossos espíritos, tornamo-nos semelhantes à origem donde viemos, e produzimos frutos divinos». O nosso espírito, cuja origem e semelhança é divina («a ele só fez participante da razão e do seu pensamento», 20) é comparado aquilo que é próprio nos outros animais. A razão constitui a nossa característica específica, tal como a força nos leões e nos elefantes, a destreza nos cavalos e o olfacto nos cães. Por isso mesmo, o homem deve cultivar-se nas letras, porque apenas pelo conhecimento alcança a luz que lhe é própria a «restitui à dignidade celeste» (18). O Homem é o ser privilegiado por natureza («herdeiro da glória celeste», 20) ao qual os sentidos foram atribuídos de modo a «fornecerem ao espírito material com que apreenda o conhecimento da pluralidade dos factos» (20). Em Pedro Fernandes (1019-20) encontramos esta mesma concepção do conhecimento como actividade natural e especificamente humana, bem como uma valorização dos sentidos no processo cognitivo (ao contrário de Sócrates e dos Estóicos, que consideravam os sentidos enganadores)⁴⁹.

O esquema das disciplinas presente nas Orações obedece de um modo geral ao modelo clássico das artes liberais, tal como interpretado pelos modelos pedagógicos medievais, isto é, o *trivium* e o *quadrivium*⁵⁰. Mas para os humanistas, o programa pedagógico de estudos, designado por *studia humanitatis*, comporta uma insistência no estudo das línguas, literatura clássica e Filosofia moral⁵¹. A valorização dos *studia humanitatis* ou estudos humanísticos, encontra-se presente

⁴⁸ «Homo animal providum est, et sagax tam praeclara conditione a Deo generatus est», *De Liberalium Artium Studii oratio...*, cit., p. 6.

⁴⁹ «Corpus enim ipsum non quaecunque, sed erectum & sublime, formaque ipsa & elegantia speciosum efformavit: cui sensus comites attribuit, non fallaces & impostores, vt Socrates apud Platonem, & Stoici fere omnes voluerunt: sed interpretes ac nuncios rerum optimarum», *In doctrinarum scientiarumque omnium commendationem oratio*, cit., p. 1020.

⁵⁰ «liberales dictae sunt, quod ingeniis liberalibus sint dignae», A. Fabrício, *De Liberalium Artium Studii oratio...*, cit., p. 7.

⁵¹ Uma boa introdução encontra-se no estudo de W.G. CRAVEN, «Coluccio Salutati's Defence of Poetry», *Renaissance Studies*, 10.1 (1996) 1-30.

na Oração em defesa do poeta Árquias, de Cícero (62 a.C.), texto que constitui o modelo inspirador e de imitação por parte dos humanistas⁵².

Um dos traços característicos do movimento humanista encontra-se nesta sua vocação pedagógica⁵³. É aliás devido à importância dada aos estudos clássicos na educação, que o termo ‘humanismo’ é utilizado, em 1808, pelo pedagogo alemão F. Niethammer. Um humanista do Renascimento é um professor de humanidades – o *studia humanitatis* na formulação de Cícero retomada por Coluccio Salutati -, isto é, a gramática, retórica, poesia, história e filosofia moral⁵⁴. O humanista distingue-se assim do canonista, do médico, do teólogo, do artista, para nomear os outros ramos da Universidade Renascentista, com um currículo definido⁵⁵. O humanista não se define apenas pelo programa pedagógico, mas também por uma noção de cultura que se constitui como um guia moral de vida⁵⁶. Esta preocupação com o exemplo moral revela a dimensão pedagógica do humanismo e da função dos humanistas como educadores.

Neste sentido, o conceito de *humanitas*, de certo modo equivalente ao termo grego *paideia*, corresponde não só a um modelo de aprendizagem e conhecimento, mas a um ideal humanista de homem, um ideário de virtudes políticas e pessoais. Este ideal de homem coincide com a concepção sábio defendida por Cícero e por Séneca, aliada à definição platónica de sabedoria como procura da felicidade. No *Pro Archia*, Cícero insiste em que nada é mais digno (numa formulação que será depois repetida pelos nossos humanistas) do que os estudos liberais, que ilumina as coisas que existem na escuridão e sobretudo porque torna presente as imagens,

⁵² O texto não é conhecido na Idade Média (como outras orações e cartas de Cícero), sendo descoberto por Petrarca em Liège, França (1333). De acordo com M.D. REEVE, «Classical Scholarship», in J. KRAYE (ed.), *The Cambridge Companion to Renaissance Humanism*, Cambridge University Press, Cambridge 1997, p. 22: «*Pro Archia* provided classical scholarship in the Renaissance with its charter of foundation». Cf. P de NOLHAC, *Pétrarque et l'Humanisme*, 2 vol., Librairie Honoré Champion, Paris 1965; e R. SABBADINI, *Le scoperte dei codici latini e greci ne' secoli: XIV e XV*, 2 vol., G.C. Sansoni, Firenze 1967.

⁵³ Ver por exemplo A. GRAFTON & L. JARDINE, *From Humanism to the Humanities: Education and the Liberal Arts in Fifteenth and Sixteenth-Century Europe*, Duckworth, London 1986.

⁵⁴ P.O. KRISTELLER, «Humanism and Scholasticism in the Italian Renaissance», *Byzantion*, 17 (1944-5) 346-74 (re-impr. in *Renaissance Thought: The Classic, Scholastic and Humanist Strains*, Harper Torchbooks, New York 1961, pp. 92-119). Algumas das ideias de Kristeller são problematizadas, por exemplo, em B.G. KOHL, «The Changing Concept of the *Studia Humanitatis* in the Early Renaissance», *Renaissance Studies*, 6.2 (1992) 185-209.

⁵⁵ P.O. KRISTELLER, «The Humanist Movement», in P.O. KRISTELLER, *The Classics on Renaissance Thought*, Harvard University Press, Cambridge 1955.

⁵⁶ B.G. KOHL, «The Changing Concept...», cit., p. 188.

os feitos dos homens valorosos e dos heróis, que servem de inspiração a todos aqueles que os contemplem. As Orações latinas repetirão esse sentido da oratória ciceroniana, valorizando modelos de comportamento a serem imitados.

Tal ideia encontra eco nas palavras de Hilário de Moreira, segundo o qual «[t]odas as coisas, com efeito, são limitadas, passageiras, mortais, repletas de erro e de futilidade. Só a glória das letras é grande, augusta, divina, imortal» (91). Comparando «a dignidade dos estudos com as outras ocupações humanas», Resende considera que estas são de um modo evidente para todos os homens «uma imagem quase divina da própria felicidade» e que a irracionalidade das guerras e das riquezas que por si nada são («em nada acharemos que sirvam para bem», 35) em relação à doçura e quase divindade do estudo das letras («frutos mais doces»)57. Ou como diz Cardoso, a força do discurso é por vezes superior à força das armas (103). Posteriormente, na sua *Oratio habita Conimbricae in Gymnasio regio* de 1551, Resende salienta que uma das virtudes do Rei consiste em não querer fazer a guerra, preferindo dedicar-se às letras, mas que a isso é conduzido na defesa da pátria e dos valores cristãos do império (60), «contra inimigos de todo o Evangelho de Cristo» (Fernandes, 149). Por vezes a paz apenas se conquista pela guerra, mas saber administrar sem tirania é próprio da «moderação cristã» (*Christiana moderatione*)58. Esta moderação cristã funda-se no valor da Justiça, que nesta Oração de Resende, constitui o princípio fundamental da boa governação. É a capacidade do Rei de ser justo (*Rex aequissimus*), mostrando firmeza ao mesmo tempo que prudência (Fernandes, 135), que explica o estado florescente das coisas públicas59.

Ora, a prudência nada mais é do que sabedoria prática e a sabedoria expressa-se de forma privilegiada na Filosofia. Pedro Meneses considera que sem a Filosofia «o mundo não pode existir». A filosofia é a «árvore mais alta do pomar», que produz os frutos mais apetitosos e os melhores, visto que todas as ciências têm a sua origem na Filosofia (83). Recorrendo à etimologia afirma que a filosofia significa «desejo de sabedoria» e o seu objecto de estudo são as coisas divinas e humanas (83). A superioridade (moral) da Filosofia é vincado, como no caso de Platão que mesmo escravizado «foi todavia maior do que o seu comprador, porque era filósofo» (87). Ligado ao estudo da Filosofia aparece o tema da felicidade (87),

57 Pedro Fernandes termina a sua Oração dizendo «Sola sapientia stabilis est, & mortuo, & viuo firma possessio», *In doctrinarum scientiarumque omnium commendationem oratio*, cit., p. 1040.

58 André de Resende, *Oratio habita Conimbricae...*, cit., p. 61.

59 André de Resende, *Oratio habita Conimbricae...*, cit., pp. 59-61.

pois só «será verdadeiramente feliz quem abraçar esta ciência». A razão dessa felicidade é segundo Hilário Moreira, que «nada mais útil ou de mais conveniente à natureza humana pode encontrar-se, do que este conhecimento» (85), porque o conhecimento conduz às boas acções. Hilário Moreira aproxima esta felicidade que decorre da posse da verdade da ética estóica, pois a verdade «só pode ser cultivada por aqueles a quem nenhuma paixão estorva» (79). A filosofia, para Jerónimo Cardoso procura curar as aflições do espírito e direccionar o Homem para a verdade, na recusa dos vícios e das riquezas materiais. A filosofia procura definir regras de vida, o que deve ser feito e evitado, modelar a alma de modo a «inflama[r] os corações de todos no amor da virtude e da probidade» (125).

Contudo, o elemento distintivo do modelo pedagógico humanista em relação à escolástica consiste na valorização da gramática como disciplina central do conhecimento⁶⁰. Esta valorização explica-se pelo pendor filológico do pensamento humanista, vocacionado para a interpretação dos textos clássicos e a descoberta do seu sentido íntimo, através da crítica textual e histórica⁶¹. De tal forma é esta concepção influente que Resende chega mesmo a identificar o filósofo com o gramático (35-7)⁶². A gramática é «a primeira entre todas as artes» e está para a sabedoria tal como o leme está para o navio⁶³. Ela constitui os alicerces do conhecimento, sendo «necessária aos que desejam aprender as outras disciplinas» (Meneses, 109). Também Hilário considera que «o filósofo não se separa do orador» (63) visto que a expressão correcta se liga ao agir correctamente.

Segundo Cardoso, a fertilidade da gramática justifica a sua exortação para que os mestres da faculdade protejam e fomentem o desenvolvimento e estudo desta disciplina, base de todas as outras. A gramática, é identificada como a

⁶⁰ As Orações podiam contudo centrar-se noutras disciplinas para além das tradicionais humanidades. Ver por exemplo Johannes Müller ou Regiomontanus (1436–76), cuja Oração tem por fundo o louvor das disciplinas matemáticas («Oratio Iohannis de Monteregio, habita in Patavii in praelectione Alfragani», in F. SCHMEIDLER (ed.), *Opera collectanea*, O. Zeller, Osnabrück 1972, pp. 43–53). Cf. J. S. BYRNE «A Humanist History of Mathematics? Regiomontanus's Padua Oration in Context», *Journal of the History of Ideas*, 67.1 (2006) 41-61.

⁶¹ O humanismo não é anti-religioso, mesmo que crítico do modelo institucional e pedagógico, de inspiração dialéctica e formalista. Ou outro tipo de crítica, como Jerónimo Cardoso: aqueles que se ocupam do «sagrado culto» (141) deviam conhecer em rigor o direito canónico para procederem correctamente e deste modo «não haveria então lugar a hesitações na celebração dos actos de cultos» (141). Mas não o fazem, do mesmo modo displicente e preguiçoso que evitam o estudo da gramática, e se tornam «obesos» e «desprovidos de cultura» (141).

⁶² Também *Oratio habita Conimbricae...*, cit., pp. 38-39 e 53.

⁶³ Pedro de Meneses, *Oração proferida no Estudo Geral...*, cit., p.107.

base das restantes disciplinas «como do ferro o magnete» (99). Para Fabrício, a capacidade de lermos, escrevermos, falarmos, ou mesmo pensarmos, em qualquer lugar e em qualquer tempo, resulta daquilo que aprendemos com a gramática (13). Os estudos humanísticos identificam-se assim com o estudo das letras e por isso a protecção desses estudos e da gramática em particular é o dever «de bem servir e amar a pátria» (107). Nestes estudos deve compreender-se ainda a arte poética como medicina da alma, pois «repele e afasta todos os cuidados, angústias e doenças da alma» (99) e a retórica, «doce como o mel» (101) que tem por função apaziguar os espíritos ou seduzi-los conforme a intenção do orador. Por outro lado, o pendor filológico do pensamento humanista é também posto ao serviço da análise e interpretação do texto sagrado, e dos escritos dos Padres da Igreja⁶⁴. Complementarmente, a retórica está ao serviço da verdade divina porque a verdade ornada possui um carácter mais persuasivo do que a verdade nua (53)⁶⁵. Se Agostinho arrebatava mais do que Tomás é porque à piedade se junta a eloquência (Resende)⁶⁶. Não existe assim nenhuma oposição entre estilo e substância como notámos no início do nosso texto.

Na maior parte dos casos, a Oração termina com uma exortação aos jovens presentes no auditório a dedicarem-se ao estudo. Na verdade, com todos os investimentos reais, «está ... tudo preparado para nós» (74) – termina Beleago a sua Oração – e cumpre a cada um dos estudantes merecem esse investimento. «Vedes a ocasião que se vos oferece e está preparada, e, se sofrerdes que ela voe para longe, em vão a buscareis, depois de perdida» (74). O conselho é bom e honesto: «A vossa idade é a apropriada, a diligência dos professores é máxima, o ensino de todas as artes e das belas letras e de toda a qualidade são de tal modo que se, aproveitardes menos do que convém, a ninguém podeis inculpar do facto, senão a vós mesmos» (74-6). E João Fernandes exorta os jovens ao estudo, lembrando que a todos será exigido trabalho contínuo, curiosidade de espírito e luta contra a preguiça (que «é como uma sereia que atrai os homens à desgraça»,

⁶⁴ P.O. KRISTELLER, *Renaissance Thought. The Classic, Scholastic, and Humanist Strains*, Harper Torchbooks, New York 1961, pp.79-82.

⁶⁵ Ver G. KENNEDY, *Classical Rhetoric and Its Christian and Secular Tradition from Ancient to Modern Times*, University of North Carolina Press, Chapel Hill 1980.

⁶⁶ N. S. AMOS, «New Learning, Old Theology: Renaissance Biblical Humanism, Scripture, and the Question of Theological Method», *Renaissance Studies*, 17.1 (2003) 39-54. Contudo, o pensamento teológico de Tomás de Aquino tem uma grande difusão e aceitação no meio humanista. Cf. J. D'AMICO, «Humanism and Pre-Reformation Theology», *Renaissance Humanism: Foundations...*, p. 365.

143). Aconselha por isso a que «não deixeis que passe um dia, ou mesmo uma noite, sem diligentemente discorrer sobre os estudos que seguides» (143) e que sigam os exemplos dos antigos como modelos inspiradores.

III. Conclusão

As orações de sapiência, do ponto de vista do leitor moderno, nem sempre são de uma leitura interessante, devido ao seu excessivo formalismo e a repetição de uma estrutura e expressões comuns. O interesse destas Orações que brevemente apresentámos reside sobretudo como manifestação cultural de um país que, voltado para fora, procura encontrar razões para olhar para dentro. O reconhecimento do dinamismo cultural do reinado de D. João III e os elementos identificadores do humanismo renascentista português encontram nestas Orações expressões claras. Os investimentos em novas instalações, em novos professores oriundos de universidades Europeias, bem como o apoio régio aos estudantes nacionais sob a forma de bolsas de estudo para o estrangeiro, justificam os elogios feitos ao Monarca e ao mesmo tempo constituem uma valorização da própria comunidade académica.

As orações de sapiência universitárias renascentistas portuguesas não são, por certo, o melhor exemplo de análise epistemológica, mas não é esta também a sua função. As ciências são apresentadas como elementos de um plano de estudos de um sistema de ensino que se pretende louvar, do ponto de vista de quem dele faz parte e sobretudo daquele que é seu financiador e impulsionador: o Rei. Não sendo a expressão de um pensamento crítico, como diríamos hoje, as Orações de Sapiência contribuem sem dúvida para nos esclarecer sobre alguns aspectos da cultura humanista e do pensamento português do século XVI. Do ponto de vista filosófico é interessante notar a valorização do pensamento Platónico como reacção ao Aristotelismo Escolástico, sobretudo nos meios literários e nas escolas preparatórias, e no contexto de um currículo universitário fundado nos princípios da ciência Aristotélica⁶⁷. Do ponto de vista histórico, estas Orações apresentam uma determinada concepção idealizada da realidade, que se reflecte

⁶⁷ Ver C.B. SCHMITT, «L'Introduction de la philosophie Platonicienne dans l'enseignement des Universités à la Renaissance», in P. MESNARD (ed.), *Platon et Aristote à la Renaissance. XVI^e Colloque International de Tours*, J. Vrin, Paris 1976, pp. 93-104.

numa determinada visão da sociedade e do conhecimento. O mundo é visto da perspectiva do Império, o país do ponto de vista das conquistas, os povos segundo a lâmina dos cristãos e dos bárbaros, a sabedoria pela voz de Cícero.

As orações de sapiência cumprem assim a sua função, como elogio de um estado de coisas presente, que se funda num passado que se actualiza e renova, e que se projecta indefinidamente na manutenção desse mesmo estado de coisas: o Império Cristão português no mundo. Ao mesmo tempo, a consciência de que os reinos e impérios deste mundo são provisórios obriga a cantar as glórias desse estado de coisas presente, porque apenas esse canto é eterno. Cícero, consideram os nossos humanistas, tinha razão: os impérios vivem na voz dos poetas.